



Bem-estar público

Sanitaristas respondem pela criação e implementação de ações destinadas a assegurar a saúde coletiva

Preparados para lidar com questões políticas e sociais que envolvem a coletividade no campo da saúde, sanitaristas reúnem conhecimentos essenciais para a compreensão dos processos de promoção, proteção e recuperação da saúde da população. Habilitados em cursos de bacharelado ou de pós-graduação em saúde pública ou coletiva, costumam ser profissionais com perfil interdisciplinar, baseando-se em conhecimentos das ciências biológicas, humanas e ambientais, além de epidemiologia.

Como a pandemia da Covid-19 e o esforço em torno do desenvolvimento de vacinas para a doença tornaram explícito no último ano, a saúde pública consiste no conjunto de medidas e intervenções executadas pelo Estado que visam garantir o bem-estar físico, mental e social da população. “A formação generalista e humanista faz com que os sanitaristas compreendam a saúde não apenas como ausência da doença, mas como bem público e universal”, explica Marília Louvison, coordenadora da

comissão coordenadora do curso de bacharelado em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP).

Iniciado em 2012, na instituição o curso tem duração de quatro anos. Os estágios obrigatórios, que podem ser cumpridos em serviços da rede estadual e municipal de saúde, bem como em organizações não governamentais (ONGs), são realizados no último semestre. “Muitas pessoas têm a ideia errônea de que os profissionais da saúde pública são apenas os que fazem especialização, mas hoje essa formação pode ocorrer na USP já na graduação. Ela se desenvolve de maneira mais ampla e envolve conhecimentos sobre epidemiologia, organização e gestão de sistemas de saúde, o que pode contribuir muito em um momento de pandemia como o que estamos vivendo”, informa Louvison.

Além de ofertar programas de pós-graduação, há mais de uma década o Instituto de Estudos de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Iesc-UFRJ) mantém

bacharelado na área. “A graduação tem a proposta de formar profissionais que tenham contato com todos os temas da saúde coletiva”, explica a coordenadora do curso, Amanda de Moura Souza. “Já a pós-graduação permite que profissionais de distintos campos do conhecimento se especializem em temas da saúde pública utilizando suas experiências anteriores.”

Compõem a matriz curricular disciplinas que abarcam atividades integradas em saúde coletiva e possibilitam, desde o primeiro período, visitas a instituições, serviços de saúde e ONGs da área, servindo como estágio nos dois últimos períodos do curso. “O objetivo é que os estudantes conheçam as hierarquias e estruturas dos serviços e compreendam melhor a realidade de saúde da população”, afirma Souza.

Reconhecidos pelo aspecto multidisciplinar, até 2009, ano em que surgiram os primeiros bacharelados em saúde pública, os cursos de pós-graduação eram os únicos responsáveis pela formação de sanitaristas no país. “Além de

Áreas de atuação

Gestão: Tomada de decisão, compra de equipamentos e contratação de profissionais em instituições públicas ou privadas

Políticas públicas: Criação e implementação de ações que resultem na melhoria da saúde de pessoas e comunidades

Pesquisa: Produção científica em universidades ou em laboratórios da indústria farmacêutica, por exemplo

Docência: Formação de profissionais em cursos técnicos, graduação ou pós-graduação na área da saúde

Vigilância em saúde: Vigilância epidemiológica, fiscalização de serviços de saúde, controle de produtos e serviços, e avaliação de riscos à saúde da população

FONTE: PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO DE ESCOLAS DE SAÚDE PÚBLICA

profissionais da área da saúde, com o passar dos anos a pós-graduação em saúde pública passou a ser procurada também por pedagogos, advogados, economistas, geógrafos e até cientistas da computação”, explica Carmem Leitão, coordenadora do programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Definida como a área do conhecimento que estuda a distribuição de doenças, tanto infecciosas e parasitárias quanto crônicas não transmissíveis, a epidemiologia tem em seu escopo os determinantes sociais e ambientais que produzem tais doenças. “A Vigilância Epidemiológica, prática de atuação da epidemiologia nos serviços de saúde, ao buscar identificar os modos de transmissão das doenças infecciosas e propor medidas de controle e prevenção, tem tido destaque com o surgimento de doenças como a zika, chikungunya e, mais recentemente, a Covid-19”, observa Gerusa Maria Figueiredo, professora da Faculdade de Medicina e do Instituto de Medicina Tropical, ambos

da USP. Além de conhecimento sobre doenças endêmicas dos trópicos, sanitaristas precisam compreender as condições estruturais que propiciam sua ocorrência e dizem respeito às fragilidades econômicas e sociais que são características das populações em situação de vulnerabilidade.

Apesar de ser próximo, o conceito de saúde coletiva não equivale ao de saúde pública, tal como tradicionalmente entendido. A denominação saúde coletiva começou a ser utilizada com o movimento de reforma sanitária, surgido no país na década de 1970. A partir de então, passaram a ser consideradas relevantes para a saúde pública também as condições sociais e econômicas determinantes das variadas oportunidades de acesso das populações aos serviços de saúde.

“O termo saúde coletiva surgiu no Brasil com a intenção de dar maior amplitude ao campo da saúde pública, que passa a ser vista não apenas a partir de questões preventivas, considerando também as diferentes configurações sociais na formulação de políticas”, define Souza. A atualização do conceito consolidou-se com a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, em Brasília, cujas propostas resultaram na descentralização e universalidade do direito à saúde, tornada oficial com a Constituição Federal de 1988 e a criação do SUS.

A compreensão da saúde como direito fundamental de todo e qualquer ser humano também está relacionada à defesa da equidade no atendimento. “Tratar da mesma forma populações que se encontram em situações muito díspares é uma forma de aprofundar as desigualdades”, afirma Edna Maria de Araújo, do programa de mestrado profissional em saúde da população negra e indígena da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e da pós-graduação em saúde coletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs).

Ao lembrar que as populações negra e indígena durante muito tempo foram privadas do acesso pleno à cidadania, Araújo destaca a importância de se formular políticas públicas que ampliem o acesso desses grupos ao sistema de saúde. Tais concepções estão

descritas na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), instituída em 2009, no âmbito do Ministério da Saúde. Já a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, regulamentada em 1999, reconhece as especificidades étnicas e culturais para garantir aos povos indígenas o acesso à atenção integral à saúde.

ESCOLAS EM REDE

Buscando criar um espaço de diálogo permanente, a Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola) é composta por 55 instituições formadoras, entre escolas municipais, estaduais, universidades e centros de pesquisa. “A ideia é compartilhar experiências e refletir sobre temas importantes como o reconhecimento da diversidade e promoção da gestão democrática como valores essenciais na formação dos sanitaristas”, afirma Rosa Maria Pinheiro Souza, coordenadora da secretaria técnica e executiva da Rede, sediada na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), no Rio de Janeiro.

Egresso da primeira turma de graduação em saúde pública da FSP-USP, Víctor Chiavegato começou a se interessar pela área a partir de um curso técnico em saneamento e controle ambiental realizado simultaneamente com o ensino médio. “Optei pela graduação em saúde pública pela possibilidade de utilizar os conhecimentos prévios que obtive com a formação técnica”, afirma.

Após estágio na área de planejamento e monitoramento de dados epidemiológicos da Secretaria de Saúde de Jundiá, no interior de São Paulo, foi efetivado como coordenador de planejamento. Hoje responde pela superintendência de dois hospitais de campanha, voltados para o atendimento de pacientes com Covid-19, em Santo André. A administração dos 400 leitos presentes nas duas unidades depende do diálogo constante com médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, observa Chiavegato. “A formação em saúde pública é essencial para supervisionar e direcionar o trabalho de todos esses profissionais.” ■ Sidnei Santos de Oliveira